

**Desenvolvendo Argumentos Teóricos a partir de Estudos de Caso: O debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa**

André Borges\*

**Resumo**

O artigo apresenta uma revisão do debate metodológico em torno da pesquisa histórico-comparativa na ciência política. São discutidas as críticas que foram feitas à metodologia de estudos de caso tradicionalmente utilizada pelos neo-institucionalistas históricos, no que tange à invalidade das inferências causais obtidas e problemas de amostragem enviesada. O artigo apresenta, por outro lado, as estratégias advogadas pelos pesquisadores desta tradição metodológica com o intuito de aumentar o poder explicativo das comparações de pequeno N e estudos de caso.

**Palavras-chave:** estudos de caso; metodologia comparativa; neo-institucionalismo

**Abstract**

The article presents a review of the methodological debate on comparative historical research in political science. It discusses the critique of case study methods traditionally employed by historical institutionalists, in what concerns the lack of validity of causal inferences and issues of selection bias. The article presents, on the other hand, the strategies advocated by researchers within this methodological tradition as a means to increase the explanatory power of small N comparisons and case studies.

**Keywords:** case studies; comparative methodology; neo-institutionalism

A revalorização dos estudos históricos de caráter comparativo tem sido uma importante tendência da ciência política nas últimas décadas. Este campo de pesquisa vem se caracterizando pela análise de processos sociais e políticos de larga escala e que se desenrolam por longos períodos de tempo, e pelo uso de comparações contextualizadas e narrativas históricas para a realização de inferências causais. Em contraponto à disseminação dos métodos de análise quantitativa multivariada e dos modelos econômicos formais na ciência política, os pesquisadores vinculados a esta abordagem procuram resgatar o papel dos estudos de caso e das comparações de pequena amostra na produção e testes de teorias e hipóteses. O ressurgimento da pesquisa histórico-comparativa levou, assim, à intensificação do debate metodológico no interior da disciplina, em torno das vantagens e desvantagens dos

---

\* Doutor em Ciência Política, Universidade de Oxford, e professor Convidado (Bolsista PRODOC / CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFRGS

estudos de pequeno N. Este artigo apresenta uma revisão deste debate metodológico e suas implicações para o desenvolvimento recente dos métodos histórico-comparativos.

## 1. Os Estudos de Caso como Problema

Na definição de George e Bennet (2005: 5), o estudo de caso é uma abordagem e um método de pesquisa que se caracteriza pelo "(...) exame detalhado de um aspecto de um episódio histórico com o intuito de desenvolver ou testar explicações que podem ser generalizadas para outros eventos". O que diferencia o estudo de caso, segundo um conhecido manual de metodologia, é o fato desta abordagem investigar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claros. Em outras palavras, os estudos de caso são utilizados quando o pesquisador tem interesse em entender melhor condições contextuais, acreditando que estas são pertinentes para o fenômeno em estudo (Yin, 1994). Muito embora alguns manuais de metodologia associem o estudo de caso ao exame detalhado de um único caso, na prática é bastante comum encontrar estudos que se debruçam sobre dois ou mais casos, adotando uma perspectiva comparativa.

Na ciência política contemporânea a pesquisa de estudo de caso tem sido fortemente associada a uma perspectiva neo-institucionalista, de inspiração neo-weberiana, que busca produzir argumentos teóricos de "médio alcance" com o intuito de explicar processos e dinâmicas sociais e políticas de larga escala no espaço e no tempo (Mahoney e Rueschemeyer, 2003; Steinmo, et al., 1992). Como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento da pesquisa histórico-comparativa na ciência política, sobretudo a partir da emergência da teoria neo-institucional, gerou uma série de críticas de ordem metodológica, que se concentraram principalmente nas deficiências da abordagem de estudos de caso. Para os cientistas políticos mais próximos de um ideal neo-positivista de ciência, centrado na produção de teorias parcimoniosas e dotadas de alto grau de generalidade, os métodos utilizados pelos neo-institucionalistas históricos seriam frágeis e incapazes de produzir testes rigorosos de hipóteses<sup>1</sup>.

De modo geral, esta crítica pode ser desdobrada em três argumentos principais. O primeiro argumento se concentra sobre o caráter "indeterminado" dos desenhos de pesquisa que analisam um pequeno número de casos. Esta crítica enfatiza a impossibilidade de

---

<sup>1</sup> Sobre a evolução do positivismo nas ciências sociais, ver Giddens (1995)

realização de inferências válidas quando o número de casos é menor que o número de variáveis explicativas em potencial (King et al, 1994, pp. 119-20). De acordo com esta perspectiva, pesquisas sobre um único caso seriam úteis tão somente como fonte de falsificação de proposições não-probabilísticas, dada a impossibilidade de se testar o impacto de variáveis explicativas a partir uma única implicação observável.

O segundo argumento levanta uma série de objeções contra os critérios de seleção de casos comumente utilizados na pesquisa histórico-comparativa. Dada a dificuldade de se trabalhar com amostras aleatórias em estudos de pequeno N, este tipo de pesquisa estaria sujeita a sérios problemas de enviesamento da amostra (*selection bias*). Segundo Geddes (2003), é muito comum encontrar estudos comparativos que selecionam os casos "pela variável dependente", incluindo na amostra somente casos com valores extremamente altos ou baixos na escala do fenômeno a ser explicado (ex., países com altas taxas médias de crescimento econômico). O resultado deste tipo de estratégia de amostragem seria invariavelmente a impossibilidade de generalização das comparações, e a obtenção de inferências causais errôneas.

Geddes (2003) argumenta que o teste de uma hipótese requer necessariamente a identificação prévia do universo de casos – entendidos aqui como as unidades básicas de análise – aos quais a hipótese deveria se aplicar. Preferencialmente, uma hipótese deve ser testada a partir do exame de todos os casos incluídos no universo delimitado pela teoria em questão. Na impossibilidade de se trabalhar com toda a população, o pesquisador deve ter como alternativa preferencial a obtenção de uma amostra aleatória, de modo a evitar a correlação entre os critérios de seleção e a variável dependente. Em última instância, naquelas situações onde a amostragem aleatória não é possível, ainda assim é possível obter inferências válidas a partir de uma amostra selecionada de modo a evitar o agrupamento dos casos em um dos extremos da escala da variável dependente (Geddes, 2003, p. 97).

A terceira crítica mais comum aos estudos de caso levanta alguns questionamentos quanto aos métodos de inferência causal utilizados por estudos comparativos de pequena amostra. O cerne deste argumento está na idéia de que os métodos da semelhança e da diferença de J. S. Mill, comumente empregados na pesquisa histórico-comparativa, baseiam-se em um pressuposto de causalidade determinística que é inválido para entender um mundo social governado por leis probabilísticas (Clark, et al., 2006). Antes de detalhar o conteúdo desta crítica, é importante ter em mente os princípios da inferência comparativa estabelecidos por Mill, que são brevemente apresentados abaixo.

Na aplicação do método da semelhança, o pesquisador deve selecionar casos com valores semelhantes na variável dependente, de modo a identificar semelhanças entre as variáveis independentes associadas com um mesmo resultado. O método da diferença utiliza a lógica oposta, uma vez que os casos selecionados devem ter valores distintos na variável dependente, permitindo a identificação e exclusão de variáveis associadas com a não ocorrência do fenômeno de interesse. Idealmente, os métodos de Mill devem se aplicar a situações de causalidade determinística onde as causas são necessárias ou suficientes para a ocorrência de um determinado fenômeno.

A principal limitação dos métodos da semelhança e da diferença é que estes supõem que os processos causais são de natureza determinística, o que pode levar a inferências equivocadas na hipótese da estrutura causal do fenômeno ser, em realidade, probabilística. Ou seja, se pressupomos que  $x$  é uma causa suficiente e determinística de  $y$ , devemos concluir que a sua presença assegura, em 100% dos casos, a presença de  $y$ . Na hipótese de  $x$  ser uma causa suficiente e probabilística, porém, o máximo que podemos concluir é que a presença de  $x$  aumenta a probabilidade de ocorrência de  $y$  e, portanto, o fator  $x$  assegura a presença de  $y$  com probabilidade  $P < 100\%$ .

Disto se pode concluir que o uso de métodos comparativos de caráter determinístico pode levar à rejeição (equivocada) de variáveis explicativas em potencial, uma vez que, pela lógica determinística, um único caso é suficiente para falsear uma hipótese, mesmo que fatores puramente aleatórios estejam por trás da ocorrência do caso (Clark et al, 2006; Rueschemeyer, 2003).

## **2. Os Estudos de Caso como Solução**

De modo geral, pode-se dizer que a crítica metodológica contemporânea à utilização de estudos de caso na ciência política se ampara no pressuposto de que toda e qualquer forma de pesquisa social deve seguir uma única lógica de inferência, de caráter quantitativo (Mckewon, 2004). Diante deste posicionamento, os adeptos dos métodos histórico-comparativos contra-atacaram apontando, de um lado, para possíveis vantagens metodológicas dos estudos de caso ignoradas pelos detratores desta abordagem e, do outro, para algumas limitações e deficiências da análise estatística aplicada ao estudo dos fenômenos sociais. Este verdadeiro contra-ataque metodológico pode ser dividido em três argumentos principais, enunciados abaixo.

Primeiro, em resposta à crítica de que os desenhos de pesquisa com um ou poucos casos seriam de caráter “indeterminado”, e, portanto incapazes de produzir inferências válidas,

George e Bennet (2005, p. 207) observaram que mesmo a partir de um único caso é possível obter múltiplas observações (ex., ao longo do tempo) e testar várias implicações de uma teoria ao longo de uma determinada cadeia causal. Portanto, o estudo de um único caso não necessariamente é um estudo que produz uma única observação para cada uma das variáveis (George e Bennett, 2005).

Ainda sobre os estudos de caso único, Rueschmeyer (2003, p. 311) observou que a crítica convencional a este tipo de pesquisa desconsidera as possibilidades do estudo de casos “menos prováveis” (*least likely*), isto é, menos prováveis em termos de uma teoria de ampla aceitação ou de uma perspectiva teórica implícita. Muitas vezes, pesquisas sobre casos desviantes que são bem-sucedidas em identificar mecanismos causais que haviam sido previamente desconsiderados irão gerar implicações para o entendimento destes mecanismos em outros casos.

Mesmo que o estudo de um só caso não seja suficiente para produzir testes de hipótese confiáveis, ainda assim este tipo de pesquisa pode levar a outras formas não menos importantes de avanço teórico. Neste sentido, Rueschmeyer (2003, p. 329) chama a atenção para a importância do que ele denomina de “quadros teóricos circunscritos”, que identificam problemas de pesquisa e oferecem conceituações úteis, além de fornecer regras para a escolha do problema. Tais quadros teóricos irão moldar a análise de um determinado elenco de problemas de investigação científica, e dessa forma produzir implicações que transcendem a análise do caso que lhes deu origem<sup>2</sup>.

O segundo conjunto de questões levantadas pelos defensores dos métodos histórico-comparativos diz respeito aos problemas de “amostragem enviesada” que seriam característicos das comparações de pequeno N. Segundo Collier e Mahoney (1996), na ciência política e nas relações internacionais a definição do tamanho e das características da população de casos para os quais se pretende generalizar é muitas vezes problemática. Ou seja, a definição do escopo da comparação é um desafio que antecede o problema de amostragem enviesada. Especialmente numa situação em que um dos objetivos da comparação é justamente levantar informações que permitam delimitar melhor as características da população relevante, não é realista se esperar do pesquisador a utilização de critérios puramente aleatórios de seleção de casos, como sugerido por Geddes (2003).

Collier e Mahoney (1996) observam ainda que a crítica às comparações de pequeno N tende a desconsiderar problemas de heterogeneidade causal e de delimitação do escopo

---

<sup>2</sup> Rueschmeyer (2003, p. 330) cita como exemplo o trabalho clássico de E. P. Thompson sobre a formação da classe trabalhadora inglesa, que contribuiu para a revisão do método marxista de análise de classe.

apropriado da comparação. Frequentemente, a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos cujas causas são de natureza heterogênea, isto é, combinações distintas de causas podem vir a produzir resultados similares, e causas semelhantes operam de maneira diferenciada em contextos distintos. Nestes casos, há um importante trade-off a ser levado em conta: as teorias de grande escopo de generalização, que se apóiam em grandes amostras, são também mais sujeitas a problemas de validade conceitual, uma vez que a extensão da teoria a conceitos mais amplos pode levar ao “afrouxamento do conceito” (*conceptual stretching*) (idem, p. 70). Sem se levar em conta o escopo apropriado de uma hipótese causal, portanto, a ampliação do número de casos pode levar à aplicação (errônea) do modelo a contextos onde não se verificam as condições necessárias à ocorrência dos fatores causais relevantes.

A terceira parte do “contra-ataque” metodológico em defesa da pesquisa histórico-comparativa enfoca as supostas deficiências das comparações de pequeno N relativamente ao entendimento adequado dos processos causais no mundo social. Contra esta visão, os comparativistas procuraram apontar as desvantagens relativas dos métodos quantitativos no que tange ao estudo de fenômenos caracterizados pela complexidade causal. O ponto de partida desta linha de argumentação é o de que as técnicas estatísticas multivariadas convencionais trabalham com pressupostos de homogeneidade das unidades de análise (i.e. o pressuposto de que um aumento de x% na variável independente  $z_1$  terá o mesmo impacto em y em todos os casos presentes na amostra) e de independência entre os casos, pressupostos estes que nem sempre se aplicam aos fenômenos sociais e políticos (Mahoney e Goertz, 2006; Mckewon, 2004; Ragin, 2000). Além disso, os métodos tradicionais de análise de regressão são pouco adequados ao estudo de fenômenos marcados pela presença de equifinalidade (uma situação em que um mesmo resultado é produzido por combinações de fatores causais distintos) e causalidade recíproca (quando um aumento em x leva a um incremento na variável dependente y e este aumento em y leva a novo aumento em x) (Hall, 2003, p. 384). Os estudos realizados pelos neo-institucionalistas históricos vêm demonstrando que tais estruturas causais são bastante comuns no mundo político, o que coloca em questão as supostas vantagens do monismo metodológico advogado por Geddes (2003) e King et al (1994).

Uma das mais importantes contribuições dos estudos histórico-comparativos no sentido ampliar o nosso entendimento de causalidade diz respeito à identificação de processos marcados por “dependência de trajetória” (path dependency). De modo geral, dizemos que há dependência de trajetória quando acontecimentos críticos no passado distante afetam um caso

tão profundamente que alteram a evolução e o impacto de desenvolvimentos posteriores, reduzindo o número de alternativas outrora disponíveis (Pierson, 2004).<sup>3</sup>

Argumentos causais envolvendo dependência de trajetória enfatizam o impacto de padrões específicos de temporalidade e seqüência, isto é, não é apenas importante saber se o fenômeno  $x$  aconteceu ou não, mas também saber se  $x$  precedeu ou não  $y$  e  $z$ . A grande premissa por trás deste tipo de visão é de que o contexto importa: o impacto de  $x$  será raramente independente das outras variáveis e a heterogeneidade contextual é função dos eventos que se desenrolam no tempo (Hall, 2003, p. 385). Os métodos de estudo de caso são especialmente adequados para a identificação e análise deste tipo de estrutura causal, uma vez que permitem a análise holística e detalhada de seqüências em casos históricos (Bennett e Elman, 2006). Por outro lado, técnicas convencionais de análise multivariada são de pouca valia nesta situação, uma vez que a dependência de trajetória implica necessariamente a heterogeneidade das unidades de análise (Mckewon, 2004; Hall, 2003).

De modo geral, como notam George e Bennett (2005), os estudos de caso são particularmente úteis para a análise de fenômenos marcados por interações complexas entre as variáveis, equifinalidade, causalidade recíproca, e outros tipos de complexidade causal. Em particular, este tipo de abordagem permite ao pesquisador ir além da mera identificação de uma correlação entre uma variável explicativa  $x$  e uma variável dependente  $y$ , mas também revelar, de forma detalhada e a partir de múltiplas observações, as seqüências e processos causais que conectam  $x$  a  $y$ . Observam os autores que muito da ortodoxia metodológica na ciência social contemporânea se apóia na premissa (problemática) de que correlação estatística e causalidade são equivalentes e quase sinônimos<sup>4</sup>. No entanto, a existência de correlação entre duas variáveis nada nos diz sobre os mecanismos e processos intervenientes: é possível que o impacto de  $x$  sobre  $y$  seja fruto de uma outra variável  $z$  que antecedeu  $x$  no tempo, é possível que haja um efeito de causalidade recíproca entre  $x$  e  $y$ , ou ainda que a correlação entre  $x$  e  $y$  seja de caráter espúrio e resultante de fatores puramente aleatórios. A grande vantagem metodológica dos estudos de caso estaria, neste sentido, na possibilidade de identificação de mecanismos e seqüências causais, os quais tendem a ser deixados de lado ou, no máximo, presumidos, pelos estudos quantitativos de grandes amostras.

---

<sup>3</sup> Para uma discussão sobre o conceito de path dependence, ver também Levi (1997) e Thelen (2003)

<sup>4</sup> Um exemplo deste tipo de posição está no ensaio de Milton Friedman (1994) sobre a metodologia da economia.

#### 4. Conclusão

O renascimento da pesquisa histórico-comparativa na ciência política nas últimas décadas teve implicações importantes para o desenvolvimento metodológico da disciplina, ao forçar o debate entre modelos de pesquisa social distintos. De um lado, os defensores de uma visão estritamente neo-positivista de ciência social, que enfatiza a produção de teorias parcimoniosas e dotadas de grande escopo de generalização. No campo oposto, encontram-se os defensores de uma perspectiva neo-weberiana, que embora não rejeitando de todo a busca por explicações causais dos fenômenos sociais, é cética a respeito das possibilidades de produção de leis sociais de grande generalidade e poder de predição.

Um dos resultados do debate entre estes dois campos de pesquisa foi o surgimento de avanços importantes na pesquisa histórico-comparativa, uma vez que os pesquisadores vinculados a esta tradição passaram a se preocupar em tornar mais explícitos e rigorosos os pressupostos metodológicos dos seus trabalhos. Procedimentos de pesquisa que antes permaneciam largamente implícitos, a exemplo dos critérios de seleção de casos e técnicas como o mapeamento de processo, passaram a ser objeto de debate e aprofundamento metodológico. Além disso, desenvolveu-se uma importante crítica ao uso indiscriminado de técnicas de análise estatística na ciência política, tendo em vista a dificuldade de aplicação destas técnicas ao estudo de estruturas causais complexas.

No contexto brasileiro, onde os estudos de caso e as comparações de pequeno N são os desenhos de pesquisa utilizados pela esmagadora maioria dos alunos de mestrado e doutorado em ciência política, um movimento mais forte no sentido de apropriação deste debate seria mais do que bem-vindo. Entre outras vantagens, uma maior exposição dos pós-graduandos a esta literatura metodológica permitiria combater problemas bastante comuns nas teses e dissertações da área, a exemplo da falta de articulação entre teoria e dados empíricos, ausência de critérios para seleção de casos e incapacidade de se trabalhar a partir uma perspectiva genuinamente comparativa. Seria possível, desta forma, ir além do “ensaísmo” que iguala estudos de caso a “story-telling”, e caminhar na direção de pesquisas dotadas de maior rigor metodológico e relevância teórica e empírica.

#### Bibliografia

BENNETT, A. e ELMAN, C. 2006. Complex Causal Relations and Case Study Methods: The example of path dependence. *Political Analysis*, 14: 250-267.



- CLARK, W. R., et al. 2006. A Simple Multivariate Test for Asymmetric Hypotheses. *Political Analysis*, 14: 311-331.
- COLLIER, D. e MAHONEY, J. 1996. Insights and Pitfalls: Selection Bias in Qualitative Research. *World Politics*, 49: 56-91.
- GADDIS, J. L. 2003. *Paisagens da história : como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro, Campus.
- GEDDES, B. 2003. *Paradigms and sand castles : theory building and research design in comparative politics*. Ann Arbor, Michigan, University of Michigan.
- GEORGE, A. e BENNETT, A. 2005. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. London/ Cambridge, MIT Press.
- GIDDENS, A. 1995. *Politics, sociology and social theory : encounters with classical and contemporary social thought*. Cambridge, UK, Polity Press ; in association with Blackwell Publishers.
- HALL, P. A. 2003. Aligning Ontology and Methodology in Comparative Politics, *In: J. Mahoney e D. Rueschemeyer (orgs.), Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KING, G., et al. 1994. *Designing social inquiry : scientific inference in qualitative research*. Princeton ; Chichester, Princeton University Press.
- LEVI, M. 1997. A Model, a Method and a Map: Rational Choice in Comparative and Historical Analysis, *In: M. I. Lichbach e A. S. Zuckerman (orgs.), Comparative politics : rationality, culture, and structure*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MAHONEY, J. 2003. Strategies of Causal Assesment in Comparative Historical Analysis, *In: J. Mahoney e D. Rueschemeyer (orgs.), Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MAHONEY, J. e GOERTZ, G. 2006. A Tale of Two Cultures: Contrasting quantitative and qualitative research. *Political Analysis*, 14: 227-249.
- MAHONEY, J. e RUESCHEMEYER, D. 2003. *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MCKEWON, T. 2004. The Limits of the Quantitative Worldview, *In: H. E. Brady e D. Collier (orgs.), Rethinking social inquiry : diverse tools, shared standards*. Lanham, Md. ; Oxford, Rowman & Littlefield, pp. xx, 362.
- PIERSON, P. 2004. *Politics in time : history, institutions, and social analysis*. Princeton, N.J. ; Oxford, Princeton University Press.
- RAGIN, C. C. 1987. *The comparative method : moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley, University of California Press.
- RAGIN, C. C. 2000. *Fuzzy-set social science*. Chicago ; London, University of Chicago Press.
- RUESCHEMEYER, D. 2003. Can one or a few cases yield theoretical gains?, *In: J. Mahoney e D. Rueschemeyer (orgs.), Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SKOCPOL, T. 1979. *States and social revolutions : a comparative analysis of France, Russia, and China*. Cambridge, Cambridge University Press.
- STEINMO, S., et al. 1992. *Structuring politics : historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.
- THELEN, K. 2003. How Institutions Evolve - Insights from Comparative Historical Analysis, *In: J. Mahoney e D. Rueschemeyer (orgs.), Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- YIN, R. K. 1994. *Case study research : design and methods* (2nd ed ed.). Thousand Oaks, Calif ; London, Sage.